

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/05/2014 a 31/05/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Ausência de representantes federais marca conferência sobre terras indígenas em MS – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 09/05/2014	3
Indígenas interditam BR-428 na visita de Dilma a Cabrobó. Angela Lacerda – Política. 13/05/2014	4
Liderança indígena do Mato Grosso do Sul diz que “instabilidade no campo é total” e cobra ação da Funai – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 14/05/2014..	5
Pela primeira vez plano safra sai com a palavra 'Reforma Agrária'. Yara Aquino – Site do MST. 26/05/2014	6
Mobilização Nacional Indígena promove manifestações em Brasília – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/05/2014	7
Novos créditos e mais recursos para a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/05/2014	9
Senado aprova MP que facilitou pagamento de dívidas de assentados da reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/05/2014	11
Senado aprova a MP 636/2013 que trata de dívidas dos assentados da reforma agrária – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/05/2014	14
Sistema de Gestão Fundiária do Governo Federal recebe Prêmio e-Gov. Matheus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/05/2014	14
CNA defende compra de terras por estrangeiros. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 29/05/2014.....	15
Confisco de imóveis flagrados com escravos é aprovado pelo Congresso - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/05/2014	16
Vedação ao retrocesso? Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 31/05/2014.....	20

Ausência de representantes federais marca conferência sobre terras indígenas em MS – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 09/05/2014

Com a ausência de representantes do governo federal, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público Federal (MPF), a Conferência sobre o Processo de Demarcação de Terras Indígenas lotou o plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul com produtores rurais nesta sexta-feira (9). A Conferência foi convocada pela Comissão Especial Demarcação de Terras Indígenas da Câmara dos Deputados está sendo realizada em vários estados brasileiros com objetivo de gerar debates que contribuam para texto final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000.

Representantes dos sindicatos rurais e pequenos produtores com áreas invadidas participaram ativamente do debate, que contou com um grupo com menos de 10 indígenas. Para a Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), a não participação de representantes federais e de representações indígenas ratifica a falta de interesse na busca por uma solução definitiva para as invasões às propriedades privadas. Durante a conferência os indígenas realizaram atos de protestos bloqueando a BR-262, entre os municípios de Aquidauana e Miranda.

O presidente da Famasul, Eduardo Riedel, definiu que ao não comparecer ao debate, as instituições representantes dos indígenas demonstram seu direcionamento a partir de interesses que nem sempre são legítimos. O dirigente lamentou a ausência do poder público. "Estado bandido é o pior que tem para qualquer democracia. E nós, infelizmente, estamos lidando com isso". Riedel lembrou ainda o indígena Oziel Gabriel, morto devido aos conflitos causados por invasões, e o produtor rural Arnaldo Alves Pereira, torturado e morto por indígenas em Douradina no ano passado. Também questionou o direcionamento dado diante das recentes ameaças de novas invasões por parte dos indígenas. "Alocar R\$ 120 ou R\$ 130 mil para a compra (da área da Buriti) é um pingão no oceano que se criou. O que vai acontecer depois dessa compra?".

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, afirmou que estender as áreas indígenas não deveria ser prioridade, levando-se em consideração o estado de miséria das aldeias. O governador fez referência ao arrendamento ilegal de terras indígenas e citou a reserva Kadwéu, que "tem 378 mil hectares para 3 mil índios que vivem na miséria". "São necessárias políticas voltadas aos indígenas para que eles não precisem de esmolas da Funai, que considero como incompetente, ineficiente e inoperante. E órgãos inoperantes deste país deveriam ser extintos", destacou o governador ao apoiar a PEC 215.

O deputado federal Reinaldo Azambuja, integrante da Comissão Especial Demarcação de Terras Indígenas, assinalou que "cabe ao Congresso legislar sobre os bens da União e terra indígena é um bem da União", referindo-se ao questionamento da legitimidade do pleito de que a decisão sobre novas demarcações fique a cargo do Legislativo. Quanto a Fundação que representa os indígenas, Azambuja a classifica como antidemocrática. "Pessoas que fogem do debate querem perpetuar a disputa", finalizou.

Em seu discurso, o presidente da Associação Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas, Danilo de Oliveira, defendeu que os indígenas querem condições dignas e autônomas de sobrevivência. “A Funai tem se utilizado das retomadas, forma que chamamos como subterfúgio para conseguir recursos internacionais. É difícil a rotina de quem participa de um ato desse e não queremos mais uma vida de mediocridade”, pontuou o terena.

Apesar da ausência do Ministério Público e da Funai, o relator da PEC 215, o deputado federal Osmar Serraglio (PR), considerou como positivo os depoimentos que contribuirão para o texto. “Com a conclusão da proposta vamos constitucionalizar o texto que será interpretado pelo Supremo Tribunal Federal, sem abrir possibilidades de dúvidas”, pontuou Serraglio. O relator também alertou os participantes da conferência sobre as responsabilidades sociais. “A sociedade que deseja reparar danos históricos com os indígenas e alcançar o bônus precisa arcar com os ônus e não transferi-los apenas aos produtores rurais”, provocou.

A Conferência sobre o processo de Demarcação de Terras Indígenas que já foi realizada em Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, acontecerá na Bahia, na próxima segunda-feira (12). O texto final será debatido com representantes de todos os estados, em Brasília.

Indígenas interditam BR-428 na visita de Dilma a Cabrobó. Angela Lacerda – Política. 13/05/2014

'O Poder Judiciário deveria meter todo mundo na cadeia, inclusive a presidente Dilma', disse o líder Yssô Truká

Protestos com interdição da BR-428 marcaram a visita da presidente Dilma Rousseff ao município de Cabrobó (PE), a 580 quilômetros do Recife, onde vistoriou obras da transposição do Rio São Francisco. A presidente nada viu durante a sua rápida passagem de 25 minutos pelo local. Não fez discursos nem deu entrevista. Limitou-se a tirar fotos com alguns operários da obra.

O líder Yssô Truká, indignado, comandou uma dança Toré, de protesto, no quilômetro 27 da BR-843, a cerca de 3 quilômetros do local visitado pela presidente. Ele "pediu postura e respeito do governo em relação à comunidade indígena" e defendeu que o Brasil seja passado a limpo. "O Poder Judiciário deveria meter todo mundo na cadeia, inclusive a presidente Dilma. Quem cala consente."

Contrário à transposição do São Francisco desde o seu anúncio, ele defende que a transposição só atende os interesses do agronegócio. "Fomos traídos pelos governos Lula e Dilma. Os indígenas estão sendo massacrados pelas ações do governo federal", disse.

A comunidade Toré em Cabrobó vive na ilha de Assunção, com uma população de 6 mil pessoas, a maioria da etnia.

Populares também se manifestaram contra o governo, liderados pelo funcionário público estadual Elioenai Dias Filho, 25 anos. Ele cobra promessas do governo federal em relação ao município, anunciadas desde 2005. As mesmas cobranças e pleitos foram entregues pelo prefeito de oposição, Auricélio Torres (PSB), a representantes da Casa Civil, para que chegassem às mãos da presidente. O prefeito, aliado do ex-governador e pré-candidato à Presidência, Eduardo Campos, estava indignado porque não teve oportunidade de falar no evento.

Outro membro do PSB, o cacique e vereador Neguinho Truká, criticou o forte aparato de segurança durante a visita de Dilma. "Proibir o povo de se aproximar é um absurdo", disse. O cacique foi contrário à transposição, mas, diante do fato consumado, diz torcer para que a água chegue realmente a quem precisa e que o Rio São Francisco seja revitalizado. Ele lembrou que parte da população de Cabrobó, embora viva perto do rio, não vai se beneficiar com a água da transposição.

Liderança indígena do Mato Grosso do Sul diz que “instabilidade no campo é total” e cobra ação da Funai – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 14/05/2014

Depois dos protestos do setor produtivo rural contra os abusos cometidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que emite falsos laudos antropológicos para justificar novas demarcações de terras indígenas, agora são os índios que reclamam publicamente da ineficiência da entidade. Foi o que fez o presidente da Associação Estadual dos Direitos Indígenas (MS), Danilo de Oliveira, em depoimento à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, encarregada de analisar Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215), que visa a dar mais transparência aos processos de demarcação de terras indígenas.

A Comissão, que vem realizando uma série de audiências públicas nos estados onde há conflitos agrários, esteve no Mato Grosso do Sul na última sexta-feira (9/05). Nenhum representante da Funai compareceu à conferência que lotou o plenário da Assembleia Legislativa, onde o índio Danilo, da etnia Terena, afirmou que “a instabilidade no campo é total”, e defendeu a posição dos produtores rurais ali presentes, entre os quais o presidente da Federação estadual da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, Eduardo Riedel. “Isto é horrível! Como é que vocês estão pensando em acordar amanhã e, de repente, ter a propriedade cercada de índios?”, questionou.

Em seguida, reafirmou que, se há algo que todos buscam – “tanto nós indígenas como os produtores” – é a paz. E reclamou que os índios têm passado fome, criticando a atuação da Funai. “Vem a Funai com todo aquele aparato que não deveria ser discutido, que é a criação de grupo de trabalho para saber se a terra é indígena ou não. A Funai tem usado esse subterfúgio para arrecadar recursos, fazendo parcerias com ONGs”, denunciou Danilo.

O próprio governo contabiliza 11 mil índios que vivem da agricultura, como os Terena. Segundo o líder indígena Danilo Oliveira, todos passam privações. “O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou em erradicar a fome quando assumiu, mas digo para

vocês que, nas comunidades indígenas, se come mandioca e farinha no almoço”, destacou, concluindo que, como só ingerem amido, o índice de diabete entre os indígenas é cada vez mais alto.

Foi então que cobrou uma intervenção das autoridades competentes: “Infelizmente, eu critico a Funai porque até hoje não houve, em nenhum momento por parte das instituições, vontade política para se estabelecer um programa específico na agricultura”.

Em seu depoimento, Danilo relatou que os índios olham para o lado e veem os agricultores produzindo e prosperando, enquanto eles, sem o apoio da Funai, não conseguem produzir e passam dificuldades. Se houvesse o apoio reclamado e os indígenas conseguissem produzir bem, em suas áreas, certamente não haveria conflitos tão agudos.

Após destacar que seu povo não tem dinheiro para comprar carne nem para vestir seus filhos, Danilo justificou as invasões de terras como “os únicos subterfúgios que os índios têm de chamar atenção do governo”, e protestou: “O que tem acontecido é lamentável e não podemos ficar parados. Nós estamos nos matando. É preciso que haja uma intervenção do Estado de forma eficaz, para que venhamos a fazer diferente. Precisamos mudar”, encerrou o líder.

Apesar da ausência do Ministério Público e da Funai, o relator da PEC 215, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR), considerou positivos os resultados. Depois da audiência pública em Campo Grande, o relator participou de uma outra em Salvador, na segunda-feira (12/05). O conflito agrário agravou-se no sul da Bahia, onde um agricultor que lutava contra a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença foi assassinado.

Foi nesta região tradicional de produção de cacau que a Funai emitiu um laudo antropológico, identificando a área como indígena. A suspeita de fraude no laudo foi tão evidente que o próprio Ministério da Justiça determinou à Funai que refizesse o processo.

BAHIA

Nesta segunda-feira, 12 de maio, o 1º Vice-Presidente da CNA e Presidente da FAEB, João Martins da Silva Junior, esteve na Assembleia Legislativa, Centro Administrativo da Bahia, para debater a PEC 215.

"O Congresso Nacional, com certeza, vai buscar um relacionamento melhor e um encaminhamento mais justo e democrático para essas questões indígenas na Bahia e no Brasil", disse João Martins da Silva Junior.

Pela primeira vez plano safra sai com a palavra 'Reforma Agrária'. Yara Aquino – Site do MST. 26/05/2014

O Plano Safra da Agricultura Familiar para o período 2014/2015, lançado nesta

segunda-feira (26) pela presidenta Dilma Rousseff em cerimônia no Palácio do Planalto, terá R\$ 24,1 bilhões para investimento e custeio. O valor representa aumento de 14,7% em relação à safra anterior. As taxas de juros foram mantidas e variam de 0,5% a 3,5%.

Uma das novas ações do plano é o Pronaf Produção Orientada, linha de crédito voltada para a produção sustentável de alimentos, com foco nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A linha é direcionada para projetos de sistemas agroflorestais, convivência com o semiárido, agroecologia e produção de alimentos para abastecimento de centros urbanos. O limite de crédito é R\$ 40 mil e é garantida assistência técnica até R\$ 3,3 mil.

“O que buscamos com essas medidas é aumentar a produção de alimentos para o nosso país, especialmente a produção agroecológica. Queremos garantir a renda dos agricultores e, com o aumento de produção, contribuir com a estabilidade de preços para os consumidores brasileiros”, disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

O seguro para a agricultura familiar também terá mudanças. A cobertura que o agricultor passará a ter será baseada na renda esperada e não mais no custo de produção.

Houve ampliação de medidas voltadas às agricultoras. Para esta safra, mais de 800 mil agricultores serão atendidos pela assistência técnica e extensão rural contratada pelo ministério. Desse total, 50% serão assegurados para mulheres agricultoras. Os jovens também terão ampliação de operações do Pronaf Jovem. Antes, eles podiam acessar uma única operação, no valor até R\$ 15 mil, e agora serão três, com o valor total mantido. O Plano Safra do Semiárido receberá R\$ 4,6 bilhões.

O ministro Miguel Rossetto disse que a qualificação dos assentamentos de reforma agrária será uma das prioridades do Plano Safra. Para as famílias que estão iniciando a vida em assentamentos, foi criado o Crédito de Instalação, com valor até R\$ 14,2 mil por família, para aquisição de bens de primeira necessidade e início da produção.

O integrante da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Alexandre Conceição, discursou durante a cerimônia e destacou que “este é o primeiro Plano Safra em que, de cara, saímos com a palavra reforma agrária”. Ele também pediu celeridade do governo para a implementação das medidas voltadas aos agricultores familiares.

“Deveríamos voltar a discutir o plano no fim de 2014 ou 2015 para saber se vamos comemorar ou não. Muitas vezes tem planejamento, decreto, mas que não atendem à necessidade do povo porque emperram na burocracia do segundo e terceiro escalão. Pedimos à presidenta para chamar a atenção do seu governo por uma reforma agrária rápida e emergencial”, disse Conceição.

Mobilização Nacional Indígena promove manifestações em Brasília – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 26/05/2014

Povos indígenas de todo o país reúnem-se na capital federal para realização de atos e

manifestações contra os ataques aos seus direitos garantidos pela Constituição Federal.

Blog da APIB

Povos e organizações indígenas de todo o País promoverão manifestações e eventos em defesa de seus direitos e de suas terras, em Brasília, nessa semana. As atividades acontecem de hoje até quinta-feira (de 26 a 29 de maio), como parte da Mobilização Nacional Indígena. Na quinta (29/5), às 9h, está confirmada uma audiência pública, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Os protestos ocorrem num cenário de ataque generalizado aos direitos indígenas, em especial os direitos territoriais, da parte de vários setores do governo e de um conjunto de atores políticos e econômicos capitaneados pela bancada ruralista no Congresso Nacional.

Um dos principais objetivos da mobilização da semana que vem é impedir a aprovação da série de projetos contra os direitos indígenas em tramitação no parlamento, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que pretende transferir aos congressistas a atribuição de aprovar a demarcação das Terras Indígenas (TIs); o Projeto de Lei (PLP) 227, que visa abrir essas áreas à exploração econômica; o PL 1.610, que regulamenta a mineração nas TIs, entre vários outros.

Também serão alvos dos protestos, entre outras medidas do governo, a proposta de alteração do procedimento de demarcação das TIs do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU), que objetiva generalizar a todas as TIs as condicionantes definidas para a TI Raposa Serra do Sol (RR), contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, todas essas propostas do Executivo e do Legislativo pretendem paralisar definitivamente os processos de demarcação, já suspensos pelo governo federal.

Enquanto isso, a tramitação de projetos importantes para consolidar os direitos indígenas e que são bandeiras do movimento indígena, como o Estatuto dos Povos Indígenas e o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), está paralisada há anos nos corredores do Congresso, sem qualquer avanço. A Mobilização Nacional Indígena também defende a sua aprovação dessas duas demandas.

Como parte da mobilização, está sendo relançado o site A República dos Ruralistas, que mapeia os principais integrantes da bancada que representa os grandes proprietários do agronegócio no Congresso. A página passou por uma atualização, com a inclusão de novos perfis de deputados federais e senadores.

A Mobilização Nacional Indígena é promovida pela Apib, com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto Socioambiental (ISA), Greenpeace, Instituto de Educação do Brasil (IEEB), entre outras organizações indígenas e indigenistas.

Novos créditos e mais recursos para a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/05/2014

Cerca de 255 mil famílias assentadas da reforma agrária em todo o País poderão acessar R\$ 1,6 bilhão em créditos na próxima safra. A destinação dos recursos consta no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/15, lançado pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, nesta segunda-feira (26), no Palácio do Planalto, em Brasília. Na ocasião, a Presidenta assinou decreto que estabelece as novas modalidades do Crédito de Instalação para o programa de reforma agrária.

As operações de que trata o decreto serão realizadas por instituição bancária, e não mais pelo Incra e formalizadas por meio de contrato individual. Os créditos serão acessados através do Cartão do Assentado. E foi das mãos da presidente Dilma que as trabalhadoras rurais assentadas Marly de Fátima Caetano, do assentamento Água Fria, município de Formosa (GO), e Maria Nide Moreira da Silva, do assentamento Pequeno Willian de Planaltina/DF, receberam os primeiros cartões do assentado do país.

O conjunto de políticas públicas do Plano Safra 2014/15 terá R\$ 24,1 bilhões em recursos que permitirão a assinatura de 2,5 milhões de contratos de crédito por famílias assentadas ou de agricultores familiares.

A presidenta Dilma enfatizou que o aporte de recursos mostra que o Governo Federal está sensível e atento à importância dos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar. Falando à centena de trabalhadores rurais presentes à cerimônia, a presidenta destacou o protagonismo dos homens e mulheres do campo.

“Queria dizer que esses R\$ 24,1 bilhões são 10 vezes mais do que foi aplicado na safra 2002/03, e isso mostra a força de vocês. Queremos que os agricultores deste país tenham acesso às melhores condições para investir, adquirir máquinas e equipamentos que melhorem a produtividade da propriedade e, ao mesmo tempo, gerando mais emprego e renda”, disse.

Os recursos para o biênio 2014/15 são 14,7% maiores em relação à safra anterior. Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, este é o maior volume da história. “O que buscamos com essas medidas é aumentar a produção de alimentos para o nosso país, especialmente a produção agroecológica. Queremos garantir a renda dos agricultores e, com o aumento de produção, contribuir com a estabilidade de preços para os consumidores brasileiros”, acrescentou.

O presidente do Incra, Carlos Guedes, lembrou ainda que os assentados que contrataram créditos anteriores e estão inadimplentes poderão voltar a ser beneficiados por programas de crédito a partir da aprovação da Medida Provisória 636/13. “Esse novo modelo de financiamento sinaliza um futuro promissor para as famílias assentadas que estão sendo beneficiadas pela maior renegociação de dívidas do Programa de Reforma Agrária. Um milhão de famílias estarão resolvendo dívidas de moradia, apoio

a produção, Procera e Pronaf, por meio da Sala da Cidadania Digital, portal de serviços criado pelo Incra em parceria com o Banco do Brasil, prefeituras, sindicatos e prestadoras de assistência técnica”, reiterou Guedes.

O lançamento do Plano Safra contou com a presença de dezenas de famílias de trabalhadores rurais assentados. Para representantes dos movimentos sociais de luta pela terra, o Plano Safra 2014/14, além de ser o de maior volume de recursos, apresenta-se como o mais articulado entre as diversas instâncias do Governo Federal. Ainda sobre o desenvolvimento dos assentamentos, a Presidenta Dilma anunciou aos trabalhadores rurais que dentro do Programa Minha Casa Minha Vida 3, que será lançado brevemente, nesta nova fase do programa “a habitação rural terá um espaço significativo”.

A presidenta Dilma chamou a atenção para a publicação da portaria conjunta MDA/AGU sobre a adjudicação de imóveis rurais penhorados em ações judiciais de execução propostas pela União, destinando aquele bens ao Incra, para implantação de projetos de assentamento de trabalhadores rurais. “De todas as medidas que tomamos em relação à reforma agrária, essas dos devedores da União vai ficar marcada. Considero essa medida como ética, justa e fundamental para que o país tenha acesso à terras de qualidade”, comemorou.

Modalidades de crédito

As famílias que estão começando uma nova vida no assentamento poderão acessar o Crédito Instalação, de até R\$ 14,2 mil por família, para aquisição de bens de primeira necessidade e início da produção para segurança alimentar. Os projetos produtivos das organizações de mulheres também serão apoiados em financiamentos que terão até 80% de desconto do valor financiado para pagamento. Outra novidade do novo Crédito de Instalação é a operacionalização via cartão, garantindo agilidade para acessar os recursos.

Para acessar esses créditos o beneficiário tem de ter seus dados atualizados no Incra e estar inscrito no CadÚnico do Governo Federal. Além disso, não pode ter recebido o Crédito Instalação anteriormente e nem ter contratado operações do Procera ou Pronaf Grupo A.

As famílias assentadas que buscam a inclusão produtiva terão agora o Microcrédito Produtivo Orientado, com acesso até três operações no valor de R\$ 4 mil, cada, e bônus de 50% de desconto para pagamento, com assistência técnica garantida.

Já as famílias que querem expandir suas atividades e não acessaram nenhum investimento poderão contar com o Mais Alimentos Reforma Agrária, uma operação de investimento de até R\$ 25 mil com bônus de 40% e dez anos para pagamento, acompanhada de três operações de custeio de até R\$ 7,5 mil.

Comercialização

Além dos programas de compras governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Incra está investindo em outros instrumentos de comercialização para os produtos hortigranjeiros produzidos no entorno de médios e grandes centros consumidores, como o programa Feiras da Reforma Agrária.

O programa apoia os assentados com o chamado kit do feirante que consiste em tenda coberta, caixas para transporte de mercadoria, placadas de identificação e de preço, balança digital, boné, avental e sacolas biodegradáveis. Já implantado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o programa e será expandido para todas as capitais do Nordeste, São Paulo e Manaus. A meta é adquirir mais de dois mil kits no período do Plano Safra.

Terra Forte

Ainda na linha de fortalecimento da comercialização da produção da reforma agrária, o trabalhador rural assentado conta também com Programa Terra Forte, que apoia e promove a agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária em todo o País.

O Terra Forte conta com recursos de R\$ 600 milhões, sendo R\$ 300 milhões de parceiros como Incra, MDA, Ministério do Desenvolvimento Social, BNDES e Conab, e outros R\$ 300 milhões em crédito do Banco do Brasil para as cooperativas investirem em agroindústrias.

Na primeira etapa de recebimento dos projetos, o Programa selecionou 138 pré-projetos. Desses, 79 viraram projetos e estão sendo analisados pelo Comitê de Investimento formado pelos parceiros. A previsão é de que essa primeira etapa de seleção se encerre em julho com a publicação dos primeiros projetos aprovados. Uma nova fase de recebimento de pré-projetos começa em junho.

A expectativa é, em cinco anos, atender 200 cooperativas e associações com o valor médio de R\$ 1,5 milhão por cooperativa, beneficiando aproximadamente 20 mil famílias (100 famílias por cooperativa).

Senado aprova MP que facilitou pagamento de dívidas de assentados da reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/05/2014

O Plenário do Senado aprovou, nessa quarta-feira (28), a Medida Provisória 636/2013, que permite ao assentado da reforma agrária quitar dívidas assumidas para a construção e reforma de habitações rurais com condições de pagamento semelhantes às atuais regras instituídas pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que integra o Minha Casa, Minha Vida. A proposta, que foi convertida no PLV 11/2014, segue agora para sanção presidencial.

As novas regras valem para operações contratadas junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013, data de publicação da MP, e nas modalidades de crédito de habitação; crédito para

aquisição de material de construção; e crédito para compra de material de construção destinado a recuperar construções.

Segundo o governo, desde 1985, o crédito de instalação para o assentado financiou R\$ 11 bilhões para apoiar a instalação, a produção e a infraestrutura básica, assim como a construção de moradias.

O PLV aprovado estabelece que o saldo devedor do assentado será atualizado com taxa de 0,5% ao ano, com os mesmos descontos e prazos garantidos aos beneficiários do Grupo 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinado às famílias mais pobres. Neste grupo, o beneficiário tem subsídio de 96% do valor do imóvel e pagará 4% do saldo devedor, dentro de quatro anos, em parcelas limitadas a R\$ 250 anuais. O restante das dívidas de instalação, até R\$ 10 mil, será perdoado pelo governo. Acima desse valor, serão concedidos bônus para a liquidação.

Perdão de dívidas

Em outras 13 modalidades de créditos de instalação concedidos aos assentados da reforma agrária, também de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013, o PLV concede perdão das dívidas originais de até R\$ 10 mil por beneficiário.

Quem deve acima desse valor e quiser quitar a dívida, terá desconto de 80% sobre o saldo devedor, mais R\$ 2 mil de bônus fixo. Entretanto, o total de descontos será limitado a R\$ 12 mil. No caso da renegociação, um regulamento definirá os critérios. Entretanto, emenda incluída pelo relator, senador Wellington Dias (PT-PI), prevê bônus pelo pagamento em dia das parcelas de até 50%.

Procera

As dívidas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) também serão perdoadas quando forem de até R\$ 10 mil por mutuário. Para encontrar esse valor, o decreto que regulamentou o assunto (8.179/13) determina a aplicação de taxa de juros de 1,15% ao ano desde a contratação até 27 de dezembro de 2013, sem a contagem de bônus de adimplência ou de multa, mora e outros encargos.

Os bancos públicos responsáveis por reconhecer o perdão deverão fazê-lo até 31 de maio de 2014 e informar ao Incra. Se o saldo der zero ou menor, não haverá devolução de valores.

Na liquidação dos valores acima de R\$ 10 mil, o mutuário terá desconto de 80% e mais R\$ 2 mil de bônus fixo. Encerradas as negociações, o Fundo Contábil do Procera será extinto.

Prazos para renegociação

O texto, na forma como foi aprovado, ainda reabre prazos para renegociação ou liquidação de dívidas rurais de diversas modalidades, principalmente na Região Nordeste. Esse tema foi incluído no texto pelo senador Wellington Dias (PT-PI).

Quanto às operações de crédito rural com valor original de até R\$ 100 mil para empreendimentos na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o PLV permite a concessão de desconto para liquidação até 31 de dezembro de 2015. O prazo acabaria em 31 de dezembro de 2014.

Poderão contar ainda com o novo prazo as dívidas oriundas de linhas de crédito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) que tenham sido contraídas para quitar empréstimos rurais para despesas de custeio e investimento no valor de até R\$ 200 mil.

O projeto prevê também a aplicação dos benefícios dessa renegociação, disciplinada na Lei 12.844/13, aos produtores com perdas causadas pela seca em municípios nos quais o estado de calamidade pública ou de emergência tenha sido decretado e ainda não tenha sido reconhecido pelo governo federal. Para isso, o agricultor deverá comprovar a perda de pelo menos 50% da produção por meio de atestado emitido por órgão oficial de assistência técnica.

Dívida ativa

Os débitos rurais inscritos em dívida ativa poderão ser renegociados ou contar com descontos para liquidação até 31 de dezembro de 2015. O prazo tinha acabado em 31 de agosto de 2013. São incluídas nessa negociação dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e de empréstimos junto ao Banco Mundial.

Para as dívidas de crédito rural cujos ativos tenham sido transferidos ao Tesouro Nacional e ainda não inscritos em dívida ativa, o prazo é reaberto até 31 de dezembro de 2015. Esse prazo tinha acabado em dezembro de 2013.

Projeto canavieiro

Dívidas de produtores rurais vinculados ao Projeto Agroindustrial do Canavieiro Abraham Lincoln (Pacal), situado no Pará, poderão ser liquidadas ou renegociadas com descontos.

Os descontos serão de 100% dos juros de mora e de 80% do principal no caso da quitação até 31 de dezembro de 2015. Na renegociação, até a mesma data, o prazo de pagamento será de até dez anos, com parcelas semestrais ou anuais, conforme capacidade de pagamento do mutuário.

Nesse caso, haverá descontos de 70% para o principal se o parcelamento for de cinco anos e de 60% se for de dez anos. Ambas as situações terão abatimento total dos juros de mora.

Senado aprova a MP 636/2013 que trata de dívidas dos assentados da reforma agrária – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/05/2014

No dia 28 de maio, foi aprovado no Plenário no Senado a Medida Provisória 636/2013, que trata da quitação de dívidas contraídas por assentados(as) da reforma agrária, relativas a construção e reforma de habitações rurais e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). A MP foi aprovada na Câmara no dia 21 de maio, e foi convertida no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/2014 para votação no Senado.

Com a aprovação, cerca de um milhão de famílias assentadas da Reforma Agrária deverão ser reinseridas na dinâmica da produção. Serão liquidadas as dívidas do Pronaf A com desconto de 80% e renegociação com bônus de 50% na Região Norte e 45% nas demais regiões. Também serão zeradas as dívidas de crédito instalação até o valor de R\$ 10 mil por beneficiário. Acima de R\$ 10 mil até R\$ 12 mil, descontos de 80% para liquidação, e 50% para cada parcela paga até a data de vencimento pactuada.

A medida segue para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

Sistema de Gestão Fundiária do Governo Federal recebe Prêmio e-Gov. Matheus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/05/2014

O Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), desenvolvido pelo Terra Legal e amplamente utilizado pelo Incra para gestão das terras no Brasil, recebeu o Prêmio e-Gov na categoria Administração Pública. A premiação, realizada, em Foz do Iguaçu (PR), na noite de quarta-feira (28), é uma iniciativa da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep).

Para o servidor do Incra e um dos criadores do sistema, Thiago Marra, o prêmio reconhece a excelência do Sigef na modernização da gestão de terras na Amazônia Legal e em todo o País. “Este prêmio reconhece o trabalho de mais de dois anos na construção do Sigef. Um trabalho coletivo, que vários colegas apoiaram e ajudaram a pensar, para modernizar a gestão de terras em nosso país. Estamos avançando o trabalho realizado pela área técnica do órgão, com o uso de recursos da tecnologia da informação”, destacou Marra ao realçar que o Sigef foi escolhido entre 125 iniciativas participantes.

Realizado desde 2002, o Prêmio e-Gov é um reconhecimento aos melhores trabalhos, projetos e soluções de governo eletrônico, na administração pública. A ação visa divulgar ações que, com o uso da tecnologia da informação, visem modernizar a gestão pública em benefício da população.

O Sigef

Com o Sigef, o processo de certificação de propriedades no Brasil foi automatizado, eliminando a análise humana sobre o processo e, se aprovado, emite a certificação

automaticamente; caso contrário, o interessado é notificado. Com o Sistema, todos os dados geoespaciais das propriedades rurais brasileiras estão integrados, em uma base de dados única e de acesso público. Isso automatiza a organização e a disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados.

O sistema é utilizado pelo Incra na certificação de imóveis rurais e pelo Terra Legal na gestão das terras federais na Amazônia Legal. Com o Sigef, todo o processo de certificação e gestão da malha fundiária pode ser acompanhado em tempo real. Os dados do sistema são públicos. Até hoje, já foram certificadas 25.674 propriedade rurais, totalizando mais de 21 milhões de hectares.

O novo sistema também gera, de forma automática, a planta do imóvel rural e memorial descritivo (documento com todos os detalhes da propriedade), a partir da inserção de dados feita pelos técnicos credenciados no Incra para realizar o georreferenciamento das propriedades. Pelo sistema, o profissional credenciado vai submeter peças técnicas do imóvel rural e o Sigef fará a análise dos dados. Em caso de inconsistências, informará de imediato ao técnico quais são e onde estão os problemas.

CNA defende compra de terras por estrangeiros. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico, Agronegócios. 29/05/2014

SÃO PAULO - Apesar de defender a compra de terras por estrangeiros, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) reconheceu hoje que é preciso haver uma regulamentação. Em 2010, a Advocacia-Geral da União (AGU) proibiu a compra de terras por estrangeiros no Brasil, em resposta ao apetite chinês por terras. Desde então, membros do agronegócio defendem uma flexibilização dessa proibição, mas o impasse segue.

“Minha guru se chama Margaret Thatcher. Então, para mim foi um choque essa restrição [da AGU]”, afirmou a senadora, citando a ex-primeira ministra do Reino Unido, uma das maiores defensoras do liberalismo nos anos 1980. No entanto, apesar de sua convicção liberal, Kátia Abreu disse que, ao estudar o exemplo de outros países para subsidiar sua argumentação em defesa da compra de terras por estrangeiro, ela se surpreendeu. “Para minha surpresa, vários Estados americanos não vendem terras e isso enfraqueceu o diálogo [com o governo]”, afirmou a senadora, defendendo que as “regras são importantes” para permitir a aquisição de terras por estrangeiros.

Segundo a senadora, o governo tem o desafio de encontrar um caminho intermediário entre a proibição total à compra de terras por estrangeiros e o cenário anterior a decisão da AGU. “O desafio do governo é fazer algo no meio do caminho”, afirmou ela, em apresentação em seminário sobre agronegócios realizado pela BM&FBovespa, em São Paulo.

Confisco de imóveis flagrados com escravos é aprovado pelo Congresso - Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 30/05/2014

O Senado Federal aprovou, na noite desta terça (27), a PEC do Trabalho Escravo. A proposta de emenda constitucional 57A/1999 prevê o confisco de propriedades em que esse crime for encontrado e sua destinação à reforma agrária ou a programas de habitação urbanos.

Após acordo de líderes, os dois turnos de votação foram realizados na mesma sessão. Por ser uma PEC, ela não precisa de sanção presidencial e passa a valer após sua promulgação, que está marcada para a próxima semana. Ela já havia sido aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados em 2004 e 2012.

Foram 59 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção – era necessário um total de 49 senadores – na votação em primeiro turno. E 60 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção no segundo turno.

Uma subemenda de redação também foi aprovada, acrescentando o texto “na forma da lei” à proposta. De acordo com o presidente Renan Calheiros, essa redundância foi para reforçar a necessidade de regulamentação. A emenda não fará a proposta retornar à Câmara, segundo a Mesa do Senado.

Uma proposta de regulamentação está sendo discutida, apontando como se dará o perdimento de terras, imóveis e benfeitorias (a emenda inclui o que está na propriedade, como máquinas ou gado). Ela deve ser votada na próxima semana, de acordo com o senador Romero Jucá. Ruralistas vão tentar esvaziar a PEC diminuindo as situações em que ela poderia ser aplicada.

Todos os senadores que se manifestaram na sessão de aprovação da PEC ressaltaram que este foi um “momento histórico”. Nem pareceu que, ao longo de anos, parte deles lutou arduamente nos bastidores para impedir o trâmite da proposta.

A primeira vez em que uma proposta de confisco de propriedades flagradas com trabalho análogo ao de escravo foi apresentada no Congresso Nacional foi em 1995, mesmo ano em que o governo brasileiro reconheceu diante das Nações Unidas a persistência de formas contemporâneas de escravidão no país e da criação do sistema público de combate a esse crime. Desde então, mais de 46 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo pelo governo federal em fazendas, carvoarias, oficinas de costura, canteiros de obra, entre outros empreendimentos.

Nesta terça (27), a ministra-chefe da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, ao lado de artistas e intelectuais do Movimento Humanos Direitos, como Camila Pitanga e Maria Zilda Bethel, percorreram os gabinetes de lideranças e senadores para pedir apoio à votação da proposta.

“Essa é uma sinalização bem clara de que o Estado brasileiro não compactua com esse crime em seu território. Isso em um momento em que a Organização Internacional do Trabalho se encontra em Genebra para aprofundar as medidas previstas para essa

violação de direitos humanos, a aprovação da PEC é uma sinalização para o resto do mundo", afirmou a este blog Ideli Salvatti.

Confisco - A PEC prevê um acréscimo ao artigo 243 da Constituição que já contempla o confisco de áreas em que são encontradas lavouras de psicotrópicos. A ideia está tramitando no Congresso Nacional desde 1995, quando a primeira versão do texto foi apresentada pelo deputado Paulo Rocha (PT-PA), mas não conseguiu avançar. Então, uma proposta semelhante, criada pelo então senador Ademir Andrade (PSB-PA), foi aprovada em 2003 e remetida para a Câmara, onde o projeto de 1995 foi apensado.

Devido à comoção popular gerada pelo assassinato de três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego durante uma fiscalização rural de rotina em 28 de janeiro de 2004, no que ficou conhecido como a “Chacina de Unai”, no Noroeste de Minas Gerais, a proposta foi aprovada em primeiro turno na Câmara em agosto daquele ano. Os produtores rurais Antério e Norberto Mânica, acusados de serem os mandantes do crime, ainda não foram julgados.

Desde sua proposição, a PEC entrou e saiu diversas vezes da pauta. Dezenas de cruzeiros foram plantados no gramado do Congresso e mais de mil pessoas abraçaram o prédio em março de 2008, para protestar contra a lentidão na aprovação da proposta. Dois anos depois, um abaixo-assinado com mais de 280 mil assinaturas foi entregue ao então presidente da Câmara e hoje vice-presidente da República, Michel Temer. Em janeiro de 2012, Dilma colocou a PEC como prioridade legislativa para o governo federal neste ano.

No dia 08 de maio de 2012, houve um ato no auditório Nereu Ramos, da Câmara, reunindo centenas de pessoas, entre trabalhadores rurais, movimentos sociais, centrais sindicais, artistas e intelectuais, pedindo a aprovação da PEC. Um outro abaixo-assinado com cerca de 60 mil peticionários foi entregue a Marco Maia, então presidente da Câmara.

Vendo a mobilização social crescer em torno do tema, o que levaria, mais cedo ou mais tarde, à aprovação da proposta, ruralistas mudaram de tática e adotaram como estratégia tentar alterar o conceito de trabalho escravo. Dessa forma, a aprovação da PEC 438 se tornaria uma janela de oportunidade para descaracterizar o que é a escravidão contemporânea.

Em 22 de maio de 2012, a PEC do Trabalho Escravo, que tramitou na Câmara dos Deputados sob numeração 438/2001, foi aprovada em segundo turno. Foram 360 votos a favor, 29 contrários e 25 abstenções, totalizando 414 votos. Em 2004, haviam sido 326 votos a favor, 10 contrários e 8 abstenções. Com isso, a matéria foi remetida de volta ao Senado, sua casa de origem, por conta da inclusão, pela Câmara, da previsão de expropriação de imóveis urbanos.

Regulamentação - Nos últimos meses, parlamentares contrários à PEC do Trabalho Escravo pressionaram para que a pauta só fosse ao plenário caso uma regulamentação com discussão conceitual pudesse ser aprovada antes.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do projeto de lei para a regulamentação da PEC do Trabalho Escravo, resolveu adotar um conceito parcial de trabalho escravo, mais restrito do que aquele que está no artigo 149 do Código Penal. Uma definição que não é encampada pelo governo federal, mas está alinhada com a bancada ruralista, que exclui condições degradantes e jornada exaustiva da conceituação.

Renato Bignami, coordenador do enfrentamento ao trabalho escravo urbano da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo afirma que a PEC não contribuirá com o combate ao crime em oficinas de costura e canteiros de obra, por exemplo, caso sua regulamentação seja a do projeto do senador Jucá. Procuradores e juízes do trabalho ouvidos por este blog dizem que a PEC será esvaziada caso os ruralistas consigam aplicar um conceito mais brando.

De acordo com a lei vigente, são elementos que determinam trabalho escravo: condições degradantes de trabalho (aquelas que excluem o trabalhador de sua dignidade), jornada exaustiva (que impede o trabalhador de se recuperar fisicamente e ter uma vida social – um exemplo são as mais de duas dezenas de pessoas que morreram de tanto cortar cana no interior de São Paulo nos últimos anos), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, retenção de documentos, ameaças físicas e psicológicas, espancamentos exemplares e até assassinatos) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele).

A legislação brasileira é considerada pela relatoria das Nações Unidas para formas contemporâneas de escravidão como de vanguarda, pois considera não apenas a liberdade mas também a dignidade como valores precisam ser protegidos. Ou seja, quando um trabalhador mantém sua liberdade, mas é excluído de condições mínimas de dignidade, temos também caracterizado trabalho escravo.

A senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) Kátia Abreu reforçou, em seu discurso durante a sessão que aprovou a PEC, que o conceito de trabalho escravo se resume ao trabalho forçado e à servidão por dívida, ignorando os outros elementos ligados à dignidade do trabalhador que fazem parte da lei.

De acordo com senadores ouvidos por até blog, a bancada ruralista aposta em uma regulamentação restrita não apenas para enfraquecer a emenda constitucional, mas também para possibilitar uma rediscussão do próprio artigo 149 do Código Penal. Ideli Salvatti afirmou que não haverá acordo para mudanças no conceito que será usado na regulamentação da PEC. “O governo atuará para usar o conceito presente no artigo 149 do Código Penal, que tem norteador o combate ao trabalho escravo.”

O artigo que traz o conceito de trabalho escravo é de 1940, reformado em 2003 para deixar sua caracterização mais clara. Varas, tribunais e cortes superiores utilizam a sua

definição. Processos por trabalho escravo contra parlamentares foram abertos no Supremo Tribunal Federal também com base no 149.

Lideranças ruralistas afirmam que há uma suposta “confusão” no conceito de trabalho escravo, discurso que foi ouvido durante a sessão de aprovação da PEC. Movimentos, organizações sociais e parlamentares envolvidos com o tema e que acompanharam a votação vêm com preocupação essa demanda.

Xavier Plassat, coordenador da campanha de combate ao trabalho escravo da Comissão Pastoral da Terra, afirma que a “confusão” sobre o conceito é uma “falácia” da bancada ruralista para inutilizar não só a PEC, mudando assim a definição do crime, mas o próprio combate à escravidão. Um deputado que acompanha o tema há tempos no Congresso e foi ouvido pelo blog afirmou que “a impressão é que ruralistas querem que seja punido apenas quem for encontrado com pelourinho, chicote e grilhões, além do recibo de compra do escravo”.

Sobre isso, os favoráveis à PEC e o governo afirmam que não há necessidade disso e que o conceito de trabalho escravo já é claro no artigo 149 do Código Penal, defendendo a aprovação de legislação infraconstitucional apenas para regulamentar a expropriação, garantindo que o momento que ela ocorra. Após uma fiscalização, uma decisão de primeira instância, uma decisão colegiada ou uma decisão transitada em julgado? Decisão administrativa, civil, trabalhista, criminal?

No campo, a maior incidência de trabalho escravo contemporâneo está na criação de bovinos, produção de carvão vegetal para siderurgia, produção de pinus, cana-de-açúcar, erva-mate, café, frutas, algodão, grãos, cebola, batata, na extração de recursos minerais e na extração de madeira nativa e látex. Nas cidades, a incidência é maior em oficinas de costura, no comércio, hotéis, bordéis e em serviços domésticos. No campo e na cidade, pipocam casos na construção civil.

Análise - Da mesma forma que o combate à escravidão contemporânea tem sido ponta-de-lança para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais (ele pressionou pela ampliação da estrutura de inspeção do trabalho e de punição de infratores, o que é útil a toda a sociedade, por exemplo) a defesa dos empresários que utilizam esse expediente tem servido de bandeira para a manutenção do status quo no campo.

Um caso emblemático é o da proposta de emenda constitucional número 57A/1999 . Por mais que a proporção de empregadores que utilizam trabalho escravo contemporâneo seja pequena diante do universo de produtores rurais, esses representantes políticos foram historicamente contrários à proposta – como exposto acima, a concordância deles com a aprovação está mais relacionada a uma mudança na estratégia de ação do que a aceitação da matéria. Pois, para eles, o que está em jogo é a propriedade da terra, considerada inviolável por parte dos seus representados – os proprietários rurais. A sua manutenção e concentração é condição fundamental para possibilitar o negócio agropecuário, pois, além de ser capital, é o locus onde se produz riqueza através do trabalho. A PEC do Trabalho Escravo era, pelo ponto de vista de membros da classe ruralista, um risco à sua própria existência e, portanto, lutar contra a sua aprovação

representou mais do que manutenção da exploração de formas não-contratuais de trabalho.

O antagonismo à PEC colocou, lado a lado, empresários que atuam dentro da lei e os que cometem crimes, os que pagam impostos e os que os sonegam, os que cumprem contratos de trabalho e aqueles que nem os têm. Os que atuam dentro das regras do mercado e os que preferem a anomia. A quem interessa proteger quem promove a concorrência desleal e o dumping social, cortando custos ilegalmente para ganhar competitividade através da exploração de seres humanos. E, de lambuja, manchar o nome dos nossos produtos no exterior?

Só assim, no campo simbólico, é que se pode compreender a importância do trâmite dessa proposta por ambos os lados da questão. Pois sabemos que a aplicação da lei – como todas aquelas que dizem respeito aos direitos de trabalhadores – encontraria várias dificuldades nos tribunais. A referência para essa previsão é o que já acontece com o confisco de terras em que forem encontradas plantações de psicotrópicos.

A análise do comportamento das entidades de classe aponta para a mesma direção. Apesar de a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) repudiar oficialmente a utilização desse tipo de mão de obra, as suas intervenções públicas nesse campo têm se dado no sentido de deslegitimar situações encontradas pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego nas propriedades rurais. Ou seja, a instituição, que faz parte da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, não nega a necessidade de que a escravidão contemporânea seja erradicada, defendendo isso inclusive em suas publicações e discursos, mas afirma que os agricultores e pecuaristas não utilizam esse expediente. Um triste, mas compreensível, paradoxo.

Uma batalha de 19 anos se completa com a aprovação da PEC. Mas outra, que é garantir que o conceito de trabalho análogo ao de escravo, base do atual combate a esse crime, não seja dilapidado, continua não apenas durante a regulamentação da emenda, mas também nos projetos que tramitam com essa intenção no Congresso Nacional.

Vedação ao retrocesso? Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Colunistas. 31/05/2014

O "efeito cliquet", que nasceu como jargão de alpinistas franceses que, a partir de um certo ponto da escalada, não podiam retroceder, acabou convertido em princípio que norteia a evolução de direitos fundamentais.

Diz a doutrina jurídica que, uma vez consagrado um direito social, ele não pode mais ser diminuído e muito menos revogado. É o princípio da vedação ao retrocesso.

Como admitir, então, que a agropecuária brasileira, setor mais dinâmico -e um dos mais modernos e avançados da economia-, possa ser reiterada e insistentemente ligada ao retrocesso do trabalho escravo?

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que tenho a honra de presidir, caracteriza-se pela defesa intransigente de princípios universais, como a liberdade. E não aceita, de seus membros, práticas que contrariem esses mesmos princípios.

A PEC do Trabalho Escravo, recentemente aprovada pelo Senado -por unanimidade, aliás-, prevê a expropriação de terras nas quais for constatada essa prática, destinando-as para a reforma agrária e para os programas de habitação popular.

Isso implica que se defina precisamente, na "forma da lei", o que significa "trabalho escravo". Não se pode deixar a critérios arbitrários uma definição cujas consequências são de grande alcance. Devemos, sobretudo, descartar qualquer viés político e ideológico nessa questão.

Com efeito, a ideologização pode configurar um risco à própria liberdade defendida. É evidente, por exemplo, que a servidão por dívidas não pode ser confundida com questões trabalhistas ou sanitárias, que são objeto de outra forma de legislação e de punição.

Se um produtor rural não seguir uma determinada regra no que diz respeito à distância dos beliches entre si, não estará ele abrigoando uma forma "análoga" à do trabalho escravo. Trata-se de uma questão de bom senso!

Eis por que a definição do trabalho escravo deverá, reiteremos, ser dada na "forma da lei", tal como estamos propondo, em colaboração com o relator, senador Romero Jucá.

Busca-se, portanto, clareza nessa definição, como estabelece a convenção 29 da OIT: a) submissão a trabalho forçado, via uso da coação e restrição da liberdade pessoal; b) proibição da liberdade de ir e vir, sendo o trabalhador obrigado a ficar em seu local de trabalho; c) vigilância ostensiva do trabalhador, com a retenção de seus documentos pessoais, d) servidão por dívida, obstaculizando a liberdade do trabalhador.

Note-se que, com essa definição, evitamos qualquer tipo de arbitrariedade, estando ela conforme ao que se caracteriza como atos essencialmente contrários à liberdade.

A escravidão é contrária à liberdade, não podendo ser identificada, nem analogicamente, a qualquer tipo de descumprimento da legislação trabalhista.

Outra grave arbitrariedade são as chamadas "listas sujas" de pessoas física ou jurídica que, ao serem autuadas administrativamente, são imediatamente incluídas em um cadastro nacional, restringindo o seu acesso a financiamentos públicos e colocando-as sob os holofotes do opróbrio popular.

Imaginem o dano causado a essas empresas, que têm, assim, a sua imagem e reputação profundamente atingidas mesmo sem ter sido condenada sequer na primeira instância.

Muitas vão à falência, sem ter mais nenhuma condição de sobreviver. Somos contra qualquer excesso do poder público, como tem acontecido com certas formas de discricionariedade de atuação dos agentes públicos.

Somos contra a existência das "listas sujas" já questionadas pela CNA no Supremo Tribunal Federal, elaboradas em ritos sumários na esfera administrativa, contrariando

princípios básicos do direito, a saber, a presunção da inocência e o direito à ampla defesa.

Apenas uma condenação judicial, transitada em julgado, poderia ter esse efeito.

Se, por outro lado, a Justiça encontrar fundamento para a condenação pela prática de cerceamento da liberdade, sob qualquer forma, deve-se aplicar todo o rigor da lei. A CNA não reconhece esses como produtores e, portanto, não os representa.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa